

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - COELBA

8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 8ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA
- CNPJ/MF: 15.139.629/0001-94
- Diretor de Relações com Investidores: Sra. Solange Maria Pinto Ribeiro
- Atividades: estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e a comercialização a consumidores cativos de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, prestar serviços técnicos de sua especialidade, e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

Características da Emissão

- Emissão: 8ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 20/04/2016
- Data de Vencimento: 20/04/2019
- Banco Escriturador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN: CEEB18/ BRCEEBDBS096
- Coordenador Líder: HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados ao refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da Companhia.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 25/04/2016, foi aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do seu capital social.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de 0,91 em 2015 para 0,86 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 0,96 em 2015 para 0,71 em 2016;
- Liquidez Seca: de 0,96 em 2015 para 0,71 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,63 em 2015 para 0,67 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 1,8% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou um

aumento de 1,5% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou um aumento de 9,4% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo uma redução de 8,3% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 0,4% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 121,50% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

20/10/2016 – R\$ 787,754700

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 25.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 25.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;

- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
- 6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

- 7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

- 8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

- 9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Garantidora (Neoenergia S.A.) obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 6.26.2, alínea “XV” da Escritura de Emissão.

EBITDA / RESULTADO FINANCEIRO (B) / (C)		2,19
A) EBITDA de 12 meses		2.762.115
B) Resultado Financeiro de 12 meses		1.262.317
<i>Ebitda / Resultado Financeiro ≥ 2</i>		
<i>Covenant Atendido</i>		
Dívidas vinculadas		

DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA (A) / (B)		3,58
A) Dívida Líquida		9.884.882
B) EBITDA de 12 meses		2.762.115
<i>Dívida Líquida / EBITDA ≤ 4,0</i>		
<i>Covenant Atendido</i>		
Dívidas vinculadas		

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) Fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA**

- Emissão: 9ª.
- Valor da emissão: R\$ 400.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª Série: 300.000; e (ii) 2ª Série: 100.000;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/10/2019; e (ii) 2ª Série: 15/10/2021;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Neoenergia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

(ii) Denominação da companhia ofertante: **TERMOPERNAMBUCO S.A.**

- Emissão: 4ª.
- Valor da emissão*: R\$ 800.000.000,00;
*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Quantidade de debêntures emitidas*: (i) 1ª Série: 12.450; (ii) 2ª Série: 55.550; e (iii) 3ª Série: 12.000;
*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;

- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/12/2017; (ii) 2ª Série: 15/12/2019; e (iii) 3ª Série: 15/12/2021;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada Neoenergia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Amortização:

15/12/2016 – R\$ 5.000,000000

Juros:

15/06/2016 – R\$ 713,978210

15/12/2016 – R\$ 727,291650

→ 2ª Série:

Juros:

15/06/2016 – R\$ 721,820420

15/12/2016 – R\$ 735,333650

→ 3ª Série:

Juros:

15/12/2016 – R\$ 896,795838

(iii) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**

- Emissão: 5ª.
- Valor da emissão: R\$ 100.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 100;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 30/03/2018;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Neoenergia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

30/09/2016 – R\$ 83.104,470000

(iv) Denominação da companhia ofertante: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

- Emissão: 6ª.
- Valor da emissão: R\$ 150.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 150;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 18/04/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Neoenergia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

18/10/2016 – R\$ 81.669,530000

(v) Denominação da companhia ofertante: CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão*: R\$ 43.500.000,00;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Quantidade de debêntures emitidas*: 43.500;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 27/06/2028;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Neoenergia S.A. e pela Elektro Holding S.A., sendo que cada Fiadora é responsável pela proporção de 50% do Valor Garantido, sem que haja solidariedade passiva entre as Fiadoras, conforme previsto na Escritura de Emissão;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo			(Reclassificado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	268.057	959.661
Contas a receber de clientes e outros	6	1.280.687	1.284.801
Títulos e valores mobiliários		2.593	1.372
Instrumentos financeiros derivativos	12	248.803	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	182.211	124.364
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	62.104	65.459
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	16.705	8.019
Serviços em curso		16.478	31.629
Outros ativos circulantes		74.682	77.411
Total do circulante		2.152.320	2.552.716
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	40.840	33.311
Títulos e valores mobiliários		16.275	3.630
Instrumentos financeiros derivativos	12	347.535	996.899
Impostos e contribuições a recuperar	7	73.980	54.748
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	25.517	112.605
Impostos e contribuições diferidos	9	270.188	247.441
Depósitos judiciais	16	410.042	347.587
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	15.562	17.015
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	3.154.282	2.514.452
Outros ativos não circulantes		6.818	7.613
Intangível	10.2	4.034.485	3.761.922
Total do não circulante		8.395.524	8.097.223
Ativo total		10.547.844	10.649.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2016	2015
Passivo e patrimônio líquido			(Reclassificado)
Circulante			
Fornecedores	11	818.953	1.060.081
Empréstimos e financiamentos	12.1	1.356.575	875.512
Debêntures	12.2	11.246	-
Instrumentos financeiros derivativos	12	23.320	26.132
Salários e encargos a pagar	13	65.187	74.747
Taxas regulamentares	14	93.382	101.393
Impostos e contribuições a recolher	15	160.930	157.209
Dividendos e juros sobre capital próprio	18	118.455	8.543
Provisões	16	83.871	69.004
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	35.859	22.419
Outros passivos circulantes	17	254.026	257.535
Total do circulante		3.021.804	2.652.575
Não circulante			
Fornecedores	11	40.954	36.398
Empréstimos e financiamentos	12.1	2.984.763	4.311.050
Debêntures	12.2	641.482	-
Instrumentos financeiros derivativos	12	27.492	-
Taxas regulamentares	14	20.115	25.239
Impostos e contribuições a recolher	15	5.892	4.842
Provisões	16	217.708	191.125
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	536.487	333.375
Outros passivos não circulantes	17	43.011	25.943
Total do não circulante		4.517.904	4.927.972
Patrimônio líquido	18		
Capital social		709.872	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.772.584	1.869.463
Outros resultados abrangentes		(172.370)	(40.284)
Total patrimônio líquido		3.008.136	3.069.392
Passivo e patrimônio líquido total		10.547.844	10.649.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2016	2015
			(Reclassificado)
Receita líquida	19	7.094.607	6.756.601
Custo do serviço		<u>(5.695.807)</u>	<u>(5.296.662)</u>
Custos com energia elétrica	20.1	(3.641.858)	(3.849.804)
Custos de operação	20.2	(1.065.834)	(796.868)
Custos de construção		(988.115)	(649.990)
Lucro bruto		<u>1.398.800</u>	<u>1.459.939</u>
Despesas com vendas	20.2	(324.611)	(374.448)
Despesas gerais e administrativas	20.2	<u>(292.139)</u>	<u>(239.980)</u>
Lucro operacional		782.050	845.511
Resultado financeiro		<u>(442.327)</u>	<u>(332.157)</u>
Receitas financeiras	21	2.075.947	2.725.949
Despesas financeiras	21	<u>(2.518.274)</u>	<u>(3.058.106)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		339.723	513.354
Imposto de renda e contribuição social		<u>(35.668)</u>	<u>(127.059)</u>
Corrente	9	3.378	(96.952)
Diferido	9	(29.279)	(52.419)
Imposto de Renda – incentivo fiscal da SUDENE	9	6.252	38.951
Amortização fiscal do ágio	9	(16.019)	(16.639)
Lucro líquido do exercício		<u>304.055</u>	<u>386.295</u>
Lucro básico e diluído por ação do capital:			
Ordinária		1,5664	1,9901
Preferencial A		1,5664	1,9901
Preferencial B		1,7231	2,1891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
Salvador - BA
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita não faturada

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas não faturadas"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 196.349 mil em 31 de dezembro de 2016 e está divulgado na nota 6 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada é um assunto significativo para a nossa auditoria da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração. Utilizamos também os nossos especialistas em auditoria de sistemas para testar a integridade e precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, além do recálculo destas receitas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado na nota 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui registrado ativo financeiro e intangível da concessão nos montantes de R\$ 3.154.282 mil e R\$ 4.034.485 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2016, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R\$ 1.083.868 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão, e serão indenizados pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os *inputs* relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidas pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Conforme divulgado na nota 16, a Companhia é parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 2.934.546 mil em 31 de dezembro de 2016, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 1.233.140 mil se referem a ações de natureza tributária.

Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas em tributos para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas 9 e 16 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Planos de benefícios pós emprego

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações atuariais líquidas relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela Companhia e apuradas de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor totalizam R\$ 540.079 mil.

Focamos nesta área devido à magnitude dos montantes reconhecidos no passivo, além do grau de julgamento associado ao processo de mensuração do passivo, que inclui premissas complexas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto, inflação e custo médico. Variações nestas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, descritas na nota 25 às demonstrações financeiras. Confrontamos estas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na realização de procedimentos voltados à identificação de eventuais planos de benefícios pós emprego que não tivessem sido previamente identificados e na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos e gestão de índices financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para minimizar os riscos de taxas de juros e cambial das suas operações de empréstimos e financiamentos. Tais empréstimos e financiamentos, em alguns casos, possuem índices financeiros (*covenants*) que precisam ser alcançados. Parte desses instrumentos financeiros derivativos foi designada como instrumento de hedge de valor justo, sendo aplicada pela Companhia a contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Consequentemente, os ganhos ou perdas resultantes da mensuração do valor justo desses instrumentos, bem como do valor justo dos respectivos empréstimos e financiamentos objeto de hedge, são registrados no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, o resultado dessas operações totalizou R\$ 694.760 mil. A utilização de instrumentos financeiros derivativos, a designação como instrumento de hedge e a mensuração do valor justo de tais instrumentos é complexa. Além disso, há o risco de que ganhos ou perdas decorrentes de operações de hedge não sejam adequadamente apurados, resultando em um impacto significativo nas demonstrações financeiras e em índices financeiros. Em função dos requisitos técnicos que são aplicáveis na utilização da contabilidade de hedge e ao eventual impacto da aplicação incorreta desses requisitos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar na revisão dos cálculos de valor justo dos derivativos e dos empréstimos dos quais são objeto do *hedge*. Testamos com base em uma amostra de transações, se a documentação dessas operações de *hedge* é apropriada para a designação como contabilidade de *hedge*. Além disto, avaliamos o cálculo da efetividade das relações de *hedge* e a contabilização da estrutura de contabilidade de *hedge*, bem como testamos o cálculo dos índices financeiros dos empréstimos e financiamentos e debêntures e as ações tomadas pela Companhia em conexão com o resultado desses cálculos.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre estes assuntos, que estão mencionadas no resumo de políticas contábeis (nota 2.4) e nas notas 12 e 23 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador (BA), 22 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0